

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007. 188p.

Por Diogo da Silva Roiz

Doutorando em História (UFPR). Bolsista CNPq Professor da UEMS-Amambaí

Parece ser cada vez mais comum a afirmação de que os historiadores estão hoje mais preocupados com as árvores do que com a floresta ‘da História’. Em função do descrédito ao qual foram relegados os projetos de ‘história total’ do passado, sendo substituídos por iniciativas, que na voraz expressão de François Dosse, tinham em comum estabelecerem uma ‘história em migalhas’, é que aquela afirmação tem ganhado um certo sentido. Para Jörn Rüsen, é justamente essa a função da teoria da história: permitir que o historiador possa ver a floresta que abrange as árvores da história, ao invés de se embrenhar nas árvores, despercebendo a floresta que as circunscrevem. Nesse sentido, a teoria da história seria não apenas um alicerce para que a História possa estar sendo elaborada por meio de uma pesquisa ‘cientificamente’ conduzida, mas também ser um canteiro fértil para que o historiador possa verificar ‘as expectativas que foram criadas no passado sobre o futuro’, de modo a proporcionar certos sentidos ao processo histórico, com os quais os homens e as mulheres do passado plasmaram suas idéias de ‘verdadeiro’ e ‘falso’.

Foi com esse objetivo que Jörn Rüsen se preocupou em circunstanciar uma teoria sistemática da história. Para articulá-la tomou como base o conceito de ‘matriz disciplinar’ desenvolvido por Thomas Kuhn,¹ no Pósfacil (de 1969) de seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (de 1962), no qual propôs substituir seu conceito de ‘paradigma’, ao enfatizar que:

[Apesar de o] termo ‘paradigma’ [ser] aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consist[ir] em homens que partilham um paradigma. (...) [e] indica[r] toda constelação de crenças, valores, técnicas (...) [e] denota[r] um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (2003, p. 218-9). (...) Para os nossos propósitos atuais, sugiro ‘matriz disciplinar’: ‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; ‘matriz’ porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada.²

Mas Rösen ressalta que:

A categoria utilizada inicialmente por Kuhn, paradigma, também foi adotada na teoria da história. Ela pode ser considerada sinônima da expressão empregada por mim, ‘matriz disciplinar’. Não tenho a intenção de meramente transpor as teses de Kuhn sobre a evolução histórica das ciências naturais para a ciência da história e apenas aplicá-las à teoria da história. Meu objetivo consiste em, com a ajuda de sua concepção de paradigma ou de matriz disciplinar, descrever o objeto específico da reflexão de uma teoria da história. Para essa finalidade, não faz diferença saber se o objeto próprio da teoria da história corresponde ao que Kuhn estudou no âmbito da teoria das ciências naturais.³

E ainda:

Um ‘paradigma’ ou uma ‘matriz disciplinar’ é uma explicação teórica do tipo de racionalidade da constituição histórica de sentido. Os termos são de Thomas S. Kuhn, mas seu significado original sofreu modificações substanciais ao longo da reflexão sobre os processos cognitivos próprios às ciências da cultura e sobre outras práticas culturais de constituição de sentido. Inalterada ficou a pretensão de explicitar os múltiplos fatores regulativos do processo cognitivo ou da prática interpretativa de uma cultura como um contexto sistemático que possa servir para delimitar um determinado tipo de conhecimento e de interpretação. Com respeito à ciência, um paradigma descreve determinado modelo, uma escola, uma direção, mas também – de acordo com o grau de universalidade com que os fatores da prática cognitiva são tratados – uma época.⁴

Com esse propósito, que Jörn Rösen procurou definir como ‘matriz disciplinar’ o conjunto sistemático de fatores, que prescrevem um processo dinâmico, que visam determinar os princípios constitutivos da ciência da história. Mais precisamente, a ‘matriz disciplinar’ corresponderia à articulação de fatores que envolveriam a ‘vida prática’ e a ‘ciência especializada’, onde se passaria dos *interesses* (que orientam o fluxo do tempo e a maneira como os indivíduos definem seu agir) para as *idéias* (as perspectivas orientadoras da experiência sobre o passado, no presente histórico), e destas para os *métodos* (as regras da pesquisa empírica), que almejaríamos em seguida *formas* de apresentação do conhecimento histórico, que teria como *funções* regular a orientação existencial dos indivíduos no tempo e lhes permitir tomadas de decisões. Nesse sentido, “articulados na matriz disciplinar da ciência da história, eles adquirem a

especificidade que permite distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum”,⁵ o que implicaria em reconhecer a especificidade do conhecimento histórico em moldes científicos, sem negar a sua correspondente ligação com a ‘criação artística e literária’, em função de seus resultados serem expostos, via de regra, por meio de ‘narrativas’.

Foi justamente seguindo essas metas, que Rüsen dividiu sua obra *Teoria da História* em três volumes: *Razão histórica* de 1983; *Reconstrução do passado* de 1986; e *História viva* de 1989. O primeiro foi traduzido no Brasil em 2001, e os outros dois em 2007 pela Editora da Universidade de Brasília (a UnB). No primeiro volume, *Razão Histórica*, o autor se preocupou em: definir os princípios, as tarefas e as funções de uma teoria da história (cap. 1), verificar a constituição do pensamento histórico na vida prática, com vistas a delinear os critérios com os quais se define a verdade no pensamento histórico “com a intenção de esclarecer, a partir deles, o que significa fazer história como ciência” (cap. 2), analisar a constituição metódica da ciência da história, de modo a demonstrar a passagem da garantia de validade em geral, “que ocorre por princípio em toda narrativa histórica, para a garantia de validade característica da história como ciência” (cap. 3), e demonstrar, enfim, a constituição narrativa do sentido histórico (cap. 4).

Nesse plano, trata-se de contextos concretos de comunicação, nos quais os tipos de racionalidade aparecem como *paradigmas*. Paradigmas podem ser definidos como consolidações de um determinado tipo de racionalidade. ‘Consolidação’ quer dizer um determinado modo de o pensamento proceder no discurso de seus sujeitos. Existem diversos modos de consolidação. O mais comum é o da especialização nos diversos campos, como, por exemplo, no da ciência da história como disciplina acadêmica ou no plano dos estilos de pensamento ou nas escolas dos diferentes grupos de especialistas, que concorrem entre si como autores da realização mais apropriada da especialidade acadêmica. Os paradigmas são, pois, múltiplos e evoluem com o tempo. Não raro atuam muitos ao mesmo tempo, de forma imbricada, que necessita de esclarecimento. As propostas inspiradas pela tese de Thomas S. Kuhn (como a minha também) de identificar e descrever uma ‘matriz disciplinar’ ou um ‘paradigma’ na evolução da história não esclareceram suficientemente essa pluralidade e essa imbricação [o que implicaria revelar e esclarecer os diferentes tipos de racionalidade que estariam na constituição do conhecimento histórico em moldes especificamente científicos].⁶

No segundo volume, *Reconstrução do passado*, por sua vez, destaca a estrutura organizacional de uma teoria da história (cap. 1) e as regras específicas da pesquisa histórica (cap. 2). Com isso, procurou demonstrar como:

O pensamento histórico torna-se especificamente científico quando segue os princípios da metodização, quando submete a regras todas as operações da consciência histórica, cujas pretensões de validade se baseiam nos argumentos das narrativas, nas quais tais fundamentos são ampliados sistematicamente. (...) Se é o princípio da metodização que transforma o pensamento histórico em ciência, cabe perguntar apenas como se faz valer esse princípio nos diversos fatores da matriz disciplinar. Obtém-se, assim, uma idéia da construção da história como ciência especializada.⁷

Por fim, no terceiro volume, *História viva*, estudou as diferentes maneiras de apresentação da historiografia, tendo em vista as várias formas de constituição de sentido (tradicional, exemplar, crítica e genética), quando a ciência se torna o princípio da forma de exposição dos resultados, por meio de uma narrativa (cap. 1), e caracterizou as funções do saber histórico, quando apreendida sua tarefa didática no campo dos estudos históricos e junto à sociedade (cap. 2).

Resumido o conjunto da obra, convém agora detalhar melhor o segundo volume, com o qual o autor visou demonstrar as regras sobre a reconstrução do passado, em moldes científicos.

Ao se propor tal tarefa, o autor ressalta que:

... o objeto de uma teoria da história é a matriz disciplinar da ciência da história. Essa matriz se constitui das carências de orientação, das perspectivas orientadoras da experiência do passado, dos procedimentos metódicos da pesquisa empírica, das formas de apresentação e das funções de orientação existencial (...) [Com isso metodização] significa sistematização e ampliação dos fundamentos que garantem a verdade. Somente quando esse ponto de vista é adotado para os diversos fatores da matriz disciplinar é que estes se transformam em estrutura de uma matriz disciplinar. Pode-se recorrer também a conhecida definição de Th. S. Kuhn: a metodização do pensamento histórico em geral significa dar forma de *paradigma* aos fundamentos da ciência da história. Afirmo assim que os fatores essenciais de todo pensamento histórico se transformam em matriz disciplinar e assumem tanto para si quanto para seu contexto sistemático, novas formas.⁸

Desse modo, a constituição do conhecimento histórico em moldes especificamente científicos depende fundamentalmente das formas de organização e de apresentação dos procedimentos de pesquisa empírica, quando visam à reconstrução do passado, ainda que por meio de uma narrativa. Não foi por acaso, nesse sentido, que o autor passou em revista: a explicação nomológica e o problema das leis históricas, ao analisar o modelo de Hempel; a explicação intencional e o problema das articulações hermenêuticas de sentido, ao verificar o modelo de Donagan; a explicação narrativa e o problema dos construtos narrativos teóricos, de acordo com o modelo de Danto. De acordo com Rüsen, como “experiência temporal interpretada mediante a atribuição de sentido pela narrativa histórica, a história é sempre particular. Ela não pode ser concebida como universal sem deixar de ser história, isto é, estruturada narrativamente”.⁹ E ainda:

Do ponto de vista da história da ciência (sobretudo no espaço de língua alemã), a ciência da história afirmou-se como disciplina independente no contexto do historicismo do século XIX, por oposição à filosofia da história desse tipo (primeiro à idealista, sobretudo à de Hegel, mais tarde, à materialista). Tais teorias eram consideradas (e ainda são, para muitos) como não-científicas, até inimigas da ciência, porque se desviam da importância da pesquisa histórica empírica.¹⁰

O papel das teorias da história, portanto, foi o de gerar condições de possibilidade de exposição, ao serem fios condutores das histórias, das construções de processos temporais de sentido. Por isso:

Se se procura ‘a’ história *nas* histórias, então se encontram possibilidades para pensar a história como totalidade, sem incorrer em contradições fatais. Nem é preciso procurar, demorada e penosamente, teorias alternativas a filosofias da história insustentáveis, para poder dizer algo com sentido sobre a suposição de uma totalidade em relação à experiência histórica. Na linguagem da historiografia, em que o conhecimento histórico se manifesta nos construtos narrativos, nas ‘histórias’, essas suposições já estão presentes conceitualmente, embora nem sempre na forma de teorias elaboradas da história como um todo, mas sim de modo pré-teórico e banal. Esse modo é o de conceitos elementares, que indicam a estruturação geral e elementar da experiência histórica ou que, em outras palavras, sinalizam a apreensão interpretativa da história como um todo.¹¹

Assim, não foi sem razão que o autor tenha se apoiado em vários momentos nas obras de Droysen, Weber, Popper e Kocka para descrever o potencial de plausibilidade do discurso histórico ao ser construído cientificamente, de modo a demonstrar as funções (explicativa, heurística, descritiva, periodizadora, explanatória, individualizante, comparativa, diferenciadora, crítica e didática) e as características (teóricas e conceituais) das teorias da história, para a elaboração da história científica. Por isso, nesse ponto dará importância à caracterização dos conceitos em história, que “não são históricos porque se referem ao passado, mas porque lidam com a relação intrínseca que existe, no quadro de orientação da vida prática presente, entre a lembrança do passado e a expectativa do futuro”.¹² Desse modo, ao diferenciar os conceitos históricos, dos nomes próprios e das categorias históricas, indica que eles:

... são o recurso lingüístico que aplicam perspectivas de interpretação histórica a fatos concretos e exprimem sua especificidade temporal. Designam, pois, a relevância que os estados de coisas referidos possuem, no contexto temporal, em conjunto com outros estados de coisas, e que não são designados por nomes próprios. Conceitos históricos mediam categorias e nomes próprios. Eles introduzem a realidade temporal dos estados de coisas designados por nomes próprios no contexto de sentido designado por categorias. Em relação às categorias históricas, eles possuem uma função generalizante. Eles fazem com que interpretações históricas gerais ‘convirjam’ com a comprovação de fatos reais.¹³

A organização do conhecimento histórico por meio da escrita da história necessita, portanto, do estabelecimento adequado dos procedimentos de pesquisa. O ‘método histórico’, nesse sentido, se refere “a operações específicas de conhecimento conhecidas como ‘pesquisa histórica’ e abrange suas regras básicas”, tal como foi definido e transformado em verdadeiro cânone doutrinal pela historiografia oitocentista. Na função que tem a pesquisa histórica, na constituição metodológica e expositiva do conhecimento histórico, o autor divide-a nas formas hermenêutica, analítica e dialética.

A pesquisa é um procedimento de elaboração de histórias. Histórias são narradas, por causa das carências de orientação da vida prática, para cobrir sua realização no tempo. A pesquisa torna-se um momento desse narrar quando a orientação a ser fornecida vincula-se às condições de plausibilidade científica. Ela também é um momento da constituição histórica de sentido, especificamente científica e por conseguinte organizada narrativamente em sua regulação metódica. Isso fica claro

quando se tem presente que ela não pode subsistir, como pesquisa, se não se transformar em historiografia como em um outro dela mesma.¹⁴

Portanto, a leitura deste volume, como de toda trilogia sobre teoria da história, permite ao leitor compreender os princípios da pesquisa histórica, que visam reconstituir o passado, por meio de métodos cientificamente organizados e peculiares a ciência da história. Ao fazer sua exposição, o autor demonstra ao leitor todas as etapas que estruturam e estabelecem as funções de uma teoria da história, e como ela está diretamente relacionada na elaboração das regras da pesquisa histórica. Evidentemente, pode-se criticar que em alguns momentos sua argumentação é demasiadamente esquemática e estrutural, que sua resposta as críticas de autores como Hayden White foram exageradamente simplificadas, ou que seus exemplos foram insuficientes para a demonstração sistemática da utilização prática de uma teoria da história na pesquisa histórica e na organização da narrativa. Mas isso não tira os méritos da obra. Muito pelo contrário, deve-se, desde já, valorizar esse tipo de iniciativa tão pouco praticado na historiografia pelos historiadores profissionais. E no caso da obra de Jörn Rüsen, a valorização deve ser efetuada, principalmente, porque ao demonstrar a necessidade constante dos historiadores organizarem seus procedimentos metodológicos em moldes científicos, adequados numa exposição narrativa peculiar, este indica ao mesmo tempo a função dos historiadores na sociedade, ao constituírem meios para que esta se localize no tempo, compreenda os sentidos dos processos históricos e seu movimento dinâmico, que muitas vezes cria uma fronteira tênue entre o ‘verdadeiro’ e o ‘falso’.

¹ KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 7.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. p. 217-156.

² KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 7.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. p. 226.

³ RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 29.

⁴ RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 161.

⁵ RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 35.

⁶ RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 152.

⁷ RÜSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 12.

⁸ RÜSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007. p. 11-14.

⁹ RÜSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB. 2007. p. 58.

¹⁰ RÜSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB. 2007. p. 55.

¹¹ RÜSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB. 2007. p. 62-3.

¹² RÜSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB. 2007. p. 92.

¹³ RÜSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB. 2007. p. 94.

¹⁴ RÜSEN, J. *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução de Asta-Rose Alcaide; revisão técnica de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed.